

# **A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE SUBSTRATOS TEÓRICOS E PESQUISA DE CAMPO EM UMA UNIVERSIDADE EM PARANAÍBA-PI.**

Maria do Carmo Portela Nunes (Aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí/UFPI)

Nailton de Souza Araújo (Aluno do curso de licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Federal do Piauí/UFPI)

Maria José de Albuquerque da Silva (Professora Adjunta da Faculdade de Educação na Universidade Federal do Ceará/UFC)

## **RESUMO**

A filosofia como uma forma de compreender as relações estabelecidas no mundo, propicia uma reflexão profunda das problemáticas existentes no contexto social, político, econômico, cultural e educacional. Considerando que a educação está norteada por conceitos, valores e finalidades, cabe refletir sobre o real sentido e valor que ela possui na e para a sociedade. Assim, este escrito tem como objetivo investigar acerca da relevância da Filosofia para educadores em processo de formação, além de analisar a partir de estudos bibliográficos qual a importância da Filosofia para a educação, para que com isso possamos refletir sobre o seu papel na formação do educador e assim, compreendermos quais são os pressupostos filosóficos que podem nortear uma prática educativa transformadora. Para atingir tais objetivos, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo que se constitui de dois momentos: primeiramente empreendemos pesquisa bibliográfica para fundamentarmos teoricamente os questionamentos já colocados e, concomitante a isso, procedemos à aplicação e análise de questionários em duas turmas do curso de Pedagogia de uma universidade pública na cidade de Parnaíba-PI. As análises da pesquisa em andamento evidenciaram que a maioria dos educandos considera a filosofia importante para sua formação e que os pressupostos filosóficos são de grande relevância para a construção da prática educativa transformadora.

Palavras-Chave: Filosofia. Educação. Formação de Educadores.

## **Apresentação**

O educador desempenha um papel de grande importância para o desenvolvimento de uma sociedade, uma vez que o mesmo atua como um formador de opinião que deve intencional a efetivação de condições pedagógicas pautadas em princípios éticos, políticos e estéticos que propiciem a apreensão, compreensão e apropriação do saber. Para a realização do trabalho desenvolvido pelo educador, o qual lida constantemente com as inúmeras singularidades referentes ao ser humano, e dada à complexidade de tal trabalho, e para um melhor desempenho de uma práxis educativa eficiente, eficaz e competente é necessária uma sólida formação, constituída por bases teóricas e práticas que edifiquem o saber/fazer do

educador de modo claro, direcionado, intencional, com objetivos, conteúdos, estratégias de ensino e finalidades sociopolíticas definidos em nome de um projeto social e educacional que atenda as necessidades e interesses de todos, indistintamente, e, sobretudo, das classes sociais historicamente menos favorecidas. Nesse contexto a Filosofia configura-se como um dos fundamentos essenciais na constituição e implantação da maioria dos currículos referentes aos cursos de licenciaturas enquanto cursos de formação de professores.

Atualmente, os avanços tecnológicos veiculam as informações com tanta rapidez e em tão curto espaço de tempo que a maioria das pessoas não consegue absorver ou acompanhar na mesma velocidade a “enxurrada” de conhecimentos que estão sendo produzidos, seja por carência financeira e material dos meios que assegurem o direito ao acesso, seja por falta de escolarização que possa favorecer o usufruto dos benefícios gerados por um mundo da cultura letrada marcado pela era das tecnologias digitais, do conhecimento e da informação processadas em redes sociais conectadas em tempo real.

No Brasil, os anseios por escolarização possibilitaram às camadas populares um maior acesso à educação formal, sobretudo, desde as décadas finais do século XX, embora isso não corresponda, necessariamente, à permanência ou aprendizado real de crianças, jovens e adultos, de modo que grande universo populacional ainda se mantém excluído dos processos de escolarização e, conseqüentemente, excluídos de outras oportunidades e condições de vida com decência e dignidade. Diante disso, o sentido real da educação ainda permanece distante do seu sentido ideal, que é a educação para a vida, que vise à construção de homens e mulheres artífices de suas histórias, que lhes possibilitem sua realização não só profissional, mas também em suas mais diversas dimensões e possibilidades de existência. A filosofia nesse contexto pode proporcionar uma reflexão mais profunda acerca da formação integral do ser humano, levando-o a se preocupar tanto com o cultivo do corpo e do intelecto com base em princípios e ensinamentos morais e éticos.

Retomando as suas origens históricas, constatamos que a filosofia surgiu na antiguidade clássica, quando alguns pensadores gregos demonstraram por meio do raciocínio lógico e sistematicamente organizado o quanto era relevante investigar e compreender criticamente a realidade. Tales de Mileto é considerado o primeiro filósofo da história, contudo, Sócrates é quem recebe o título de patrono da filosofia. Esses e outros pensadores gregos instituíram novas formas de contemplar e pensar o mundo. Tales de Mileto, que contemplava o Universo, ou mesmo Sócrates que insistia em fazer com que seu interlocutor

caísse em contradição diante do que julgava saber, e ambos procuravam de certa forma respostas que surgiam de indagações acerca de algo que já lhe parecia uma verdade acabada. Nestes termos, de acordo com Chauí (2010), “a primeira resposta para a pergunta ‘O que é filosofia?’ poderia ser : a decisão de não aceitar como naturais, óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes have-los investigado e compreendido”. (p. 21)

Podemos assim, compreender que a filosofia como fundamentação teórica e crítica que se ocupa com as causas e condições do conhecimento que pretenda ser racional e verdadeiro, também pode ser entendida como uma atitude de renunciar, “abandonar” nossas certezas e atentar para os momentos de dúvidas, constituídas por pensamentos voltados ao questionamento do que é dito como natural, certo e acabado. Assim, recorrer à dúvida pode ser um bom começo para o ato de filosofar, desenvolvendo e exercitando o processo de conscientização crítica e apurada da realidade. Mas, de que forma o educador em processo de formação acadêmica compreende a filosofia? E a partir de que pressupostos teórico-filosóficos ele poderá nortear sua prática para uma ação transformadora? Qual é a importância desse campo de saber para a educação? Como se dá o diálogo com a educação? Qual é o papel da Filosofia na formação do educador?

Tais indagações e questionamentos norteiam o presente escrito, que tem como objetivo investigar acerca da importância da Filosofia para educandos em processo de formação, além de analisar a partir de pesquisa bibliográfica qual a importância da Filosofia para a educação, para que com isso possamos refletir sobre o papel da Filosofia na formação do educador e assim, compreendermos quais são os pressupostos filosóficos que podem nortear uma prática educativa transformadora. Para atingir tais objetivos, fazemos uma pesquisa bibliográfica para analisarmos teoricamente os questionamentos já colocados, concomitante à aplicação e análise dos questionários em duas turmas do curso de Pedagogia de uma universidade pública na cidade de Parnaíba-PI, mais especificamente, o I e o IX período/semestre letivo para melhor analisarmos o nível de importância dada por tais graduandos à filosofia em sua trajetória formativa, bem como sua apropriação de conhecimentos filosóficos, para que em um momento posterior possamos continuar a pesquisa em outros cursos de licenciatura existentes na instituição, tais como Ciências Biológicas e Matemática.

## **Refletindo acerca da importância da filosofia na formação do educador**

Sabemos que existem vários modos de conhecermos o mundo, a realidade, a existência material. Há estudiosos como René Descartes (1596-1650) que acreditam que o homem conhece inicialmente pela via racional e que já nascemos com essa capacidade; outros pensadores, como Francis Bacon (1561-1626) e David Hume (1711-1776), defendem que conhecemos primeiramente por meio das experiências e uso dos sentidos, fruto da vivência e das relações estabelecidas entre os seres humanos e a sociedade. Um importante mediador nesse debate, Immanuel Kant (1724-1804), propõe que o conhecimento é resultado tanto do uso da razão inata quando das experiências realizadas através dos sentidos.

Seguindo um pouco essa linha mais kantiana, nos interessa destacar, no entanto, que não é sempre que estamos refletindo, na acepção mais filosófica, sobre o mundo e tudo o que o cerca; além disso, a abordagem que dele fazemos, inicialmente, geralmente é de uma forma pouco organizada, de tal modo que o conhecimento apreendido do real é fragmentário, inconcluso e parcial. Todavia, esse conhecimento pode ser ampliado, gradativamente, como resultado do nosso esforço e engajamento político-pedagógico até que possamos adquirir uma visão de totalidade da realidade, favorecendo nossa compreensão, o entendimento e análise crítica para uma ação/intervenção mais confiante e segura nos rumos da história, construída a partir daí com a nossa participação ativa e resistente em face dos embates e contradições existentes entre dominantes e dominados.

Além disso, não podemos desligar o nosso conhecimento pessoal de um contexto maior que se refere à cultura, a qual é produzida pelo grupo onde cada sujeito humano está inserido. De acordo com Aranha (1989) o conhecimento espontâneo é o resultado da herança fecunda de um grupo social e das experiências atuais que constantemente são efetuadas, denominadas senso comum. Não que o senso comum seja uma forma inferior de conhecimento, mas, vale ressaltar que os membros de uma determinada sociedade devem ter iguais oportunidades de melhor elaborar e aprimorar a herança recebida e produzida, sendo possível a transformação do senso comum em bom senso, em senso crítico, em consciência filosófica, como bem afirma Saviani (2009). Porém, nem sempre isso é possível, tendo em vista que há sociedades onde existem classes sociais que impõe seus ideais, valores e costumes de forma totalmente dogmática aos grupos em desvantagem econômica e social.

Há outro tipo de conhecimento fundamentado na delimitação de um objeto a ser estudado e na utilização de métodos rigorosos que permitam a descoberta das regularidades que existem em determinados fatos, e conseqüentemente, explica e estabelece leis gerais dos fenômenos observados. Estamos falando do conhecimento científico, o qual tem contribuído numa tendência bem positivista, para fragmentar ainda mais a realidade, a fim de conhecê-la melhor, perdendo o foco, a visão de totalidade do real. No entanto, a ciência não deve ser levada á supervalorização, resultando num cientificismo, do mesmo modo que as outras formas de conhecimento não devem ser excluídas, descartadas, totalmente recusadas. Uma das críticas mais contundentes é que, embora propicie conhecer e compreender os fenômenos, o conhecimento científico limita nossa experiência mundo, que também é feita de intuições, crenças, emoções e afetividade. (ARANHA, 1989)

Tendo em vista que a filosofia clássica grega surgiu pretendendo superar as interpretações míticas do mundo, como pensamento positivo e abstrato que busca a coerência interna, a definição rigorosa dos conceitos, o debate e a discussão, temos que reconhecer que foi na própria Grécia que filosofia e ciência se encontraram intimamente ligadas. Foi somente a revolução científica do século XVII que proporcionou a ruptura dessas duas formas de compreensão de mundo. E, decorrente da ruptura, fragmenta-se o saber, e cada ciência age num campo específico. (ARANHA, 1989)

O que nos vêm à imaginação, em face desse contexto em que duas formas importantes de conhecer a realidade se separam, é o que resta à filosofia, uma vez que se desintegrou do seu campo de atuação, em decorrência do aparecimento de ciências distintas, específicas e consideradas independentes. Os conhecimentos abordados pelas ciências continuam sendo da mesma forma pela filosofia, mas enquanto as ciências são específicas, a filosofia sempre abrange o seu objeto numa visão de totalidade. Cabe destacar a observação de Aranha (1989):

A visão da filosofia é uma visão de conjunto, ou seja, o problema tratado nunca é examinado de modo parcial, mas sempre sob a perspectiva de conjunto, relacionando cada aspecto com os demais do contexto em que está inserido. Portanto, a realidade que fora fragmentada pelo saber especializado de cada ciência particular é resgatada na sua integralidade pela filosofia, a única capaz de fazer uma reflexão crítica e global sobre o saber e a prática do homem. (p. 41)

Além de indagarmos sobre o que resta à filosofia, concebida como reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre os problemas existentes na realidade (SAVIANI, 2009), ousamos ainda questionar sobre as possibilidades de conhecimento do real, sobretudo quando o caracterizamos como uma totalidade complexa, dinâmica e multifacetada, cujo olhar sobre as partes não dá conta de apreensão do todo. Porém, sem perder o bom senso, cabe ressaltar o papel da reflexão filosófica como fonte válida e legítima de explicação do real, mesmo sabendo de sua incompletude, do seu inacabamento, da sua condição de possibilidade, da dúvida, da incerteza, das múltiplas interpretações e da capacidade de impulsionar nossas mentes e pensamentos à ação concreta, coletivamente, mediante a compreensão e análise crítica da realidade, promovendo as transformações sociais necessárias contra tudo que nos reprime e nos sufoca como humanos, e que insiste em nos calar e fazer com que aceitemos com naturalidade e passividade as mazelas socialmente produzidas pelas classes poderosas que tentam de toda forma subalternizar as classes mais pobres economicamente. A força da filosofia reside, no nosso entender, nesses aspectos pensados em conjunto, que nos ajudam a escavar caminhos para trilharmos em direção a uma ordem social mais justa e igualitária.

A filosofia como uma forma de compreender as relações estabelecidas no mundo, pode propiciar uma reflexão profunda das problemáticas existentes no contexto social, político e econômico, constituindo uma fundamentação teórica alimentada pela realidade concreta, que impede o indivíduo de manter na estagnação e não se conformar com o poder instituído pelas classes dominantes, compreendendo que não devem estar alheios às decisões políticas que incidem sobre sua realidade.

Uma das tarefas da filosofia é provocar, bem como estimular as pessoas para uma compreensão de mundo, salientando a importância de se situar como agente construtor da realidade. A filosofia propõe uma reflexão profunda da realidade para que se possa compreender que a história se constitui de possibilidades e não de determinações, cabendo aos indivíduos, uma oportunidade de construir a sua realidade, de interferir, de ter curiosidade, de questionar algo que acontece de certa forma e não de outra. O ser humano, como indivíduo dotado de racionalidade, capaz de adquirir conhecimento através da experiência de vivência no mundo é capaz de se adaptar, mas, não uma adaptação acomodada e sim, uma que se tende à mudança. É importante elucidar, que o indivíduo que tende à mudança, caracteriza-se como um ser capaz de intervir nos rumos de que se toma a sociedade e é por essa razão e tantas outras que não se pode aceitar a neutralidade de um indivíduo. (FREIRE, 2006)

É importante compreender que é estratégico à ideologia e ao poder dominante induzir os sujeitos a pensarem que o fracasso na vida é responsabilidade exclusivamente sua. Observa-se a culpa que sente em relação à sua condição, por estar em situação de desvantagem. A educação, ao cumprir o papel de formação dos sujeitos, mediada pela reflexão filosófica, pode levá-los a pensar sobre a vida, sobre a existência e a se dar conta de que são controlados e explorados pelos detentores do capital. E, o mais importante: os fazem descobrirem-se como capazes de modificar as relações de exploração, passando a lutar de forma organizada e mobilizada pela sua libertação e emancipação.

A atitude filosófica emerge no momento que o educador suscita a reflexão crítica sobre os problemas existentes. Portanto, cabe-lhe compreender e analisar os problemas do contexto de sala de aula. Segundo Freire (2006), o saber fundamental na prática educativa e a análise da ação pedagógica que se faz necessária ao educador é a mobilização do educando com firmeza de ação, conhecendo as diferentes problemáticas que caracterizam a sua própria realidade e a de seus educandos, devendo agir no mundo com ele.

O ato de ensinar exige que o educador acredite na mudança, devendo escolher metodologias que proporcionem ao educando o interesse e a curiosidade pelo conhecimento, formando os educandos para atuar e intervir ativamente na realidade. O ponto de partida para refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem no contexto educacional inclui a ideia de inacabamento do ser que toma consciência dos seus atos e assimila a capacidade de aprender, não apenas para se adaptar à realidade, mas com o anseio de reconstruí-la.

A ação pedagógica tem se acentuado no senso comum ideológico dominante, que se expressa na prática educacional, seja por uma não compreensão filosófica do mundo, seja pela não compreensão de uma teoria filosófica do conhecimento norteadora da prática educativa. O que se deve elucidar é que se deve estar atento ao “como fazer” e “o que fazer na sala de aula”; para isso, há necessidade de definição de pressupostos filosóficos, haja vista que a prática educacional jamais é neutra, e que sempre estamos servindo determinados grupos e classes, motivo pelo qual há que se tomar partido: ou trabalhamos para atender os interesses e necessidades das classes dominantes ou lutamos em defesa das classes oprimidas. Assim, pode-se considerar que a filosofia impede o dogmatismo na ação pedagógica, por isso deve propor um modelo de educação que vise à formação política do educador, a compreensão da existência do homem como um ser capaz de pensar e de agir para melhorar sua própria realidade, as suas condições materiais de existência.

Considerando que a educação é norteadada por conceitos, valores e finalidades, cabe então refletir sobre o real sentido e valor que a educação tem na e para a sociedade. Para que possamos compreender a educação e seu direcionamento filosófico é muito importante considerarmos as três tendências filosóficas e políticas que se constituíram ao longo da prática educacional, na visão de Luckesi (1994). Para o autor: “esses três grupos de entendimento do sentido da educação na sociedade podem ser expressos, respectivamente, pelos conceitos seguintes: educação como *redenção*; educação como *reprodução*; e educação como meio de *transformação* da sociedade” (p.37). A compreensão dessas perspectivas da educação pode proporcionar uma prática pedagógica com nível significativo de consciência, possibilitando ao educador atuar visando uma construção mais política e filosófica do seu papel social. Tais tendências filosóficas se apresentam pela explicação do sentido da educação na e para a sociedade. A primeira é conhecida como a “tendência redentora” e concebe a educação como instância quase que exterior à sociedade e dotada de poderes quase que absolutos.

Nesse contexto, a educação assume uma significativa margem de autonomia, na medida em que deve configurar e manter a conformação do corpo social. Em vez de receber as interferências da sociedade, é ela que interfere, quase que de forma absoluta, nos destinos do todo social, curando-o de suas mazelas. Este é um modo ingênuo de compreender a relação entre educação e sociedade. (LUCKESI, 1994, p. 38)

Para a tendência “reprodutivista” a educação não é vista como uma instância capaz de mudar a sociedade, mas apenas de reproduzi-la. Segundo Luckesi (1994): “A interpretação da educação como reprodutora da sociedade implica entendê-la como um elemento da própria sociedade, determinada por seus condicionantes econômicos, sociais e políticos – portanto, a serviço dessa mesma sociedade e de seus condicionantes”. (p. 41)

A tendência “crítica”, por sua vez, compreende que a educação mesmo dentro de seus condicionantes, é capaz de atuar para modificar a sociedade, ou seja, a educação é uma instância social, entre outras, na luta pela transformação social. Tal tendência não coloca a educação a serviço da conservação, mas argumenta que é possível compreender a educação na sociedade, com possibilidade de trabalhar pela sua democratização. (LUCKESI, 1994)

Assim, cada educador deve conceber certas concepções filosóficas, a fim de orientar sua prática, devendo aprofundar seus conhecimentos sobre as concepções pedagógicas



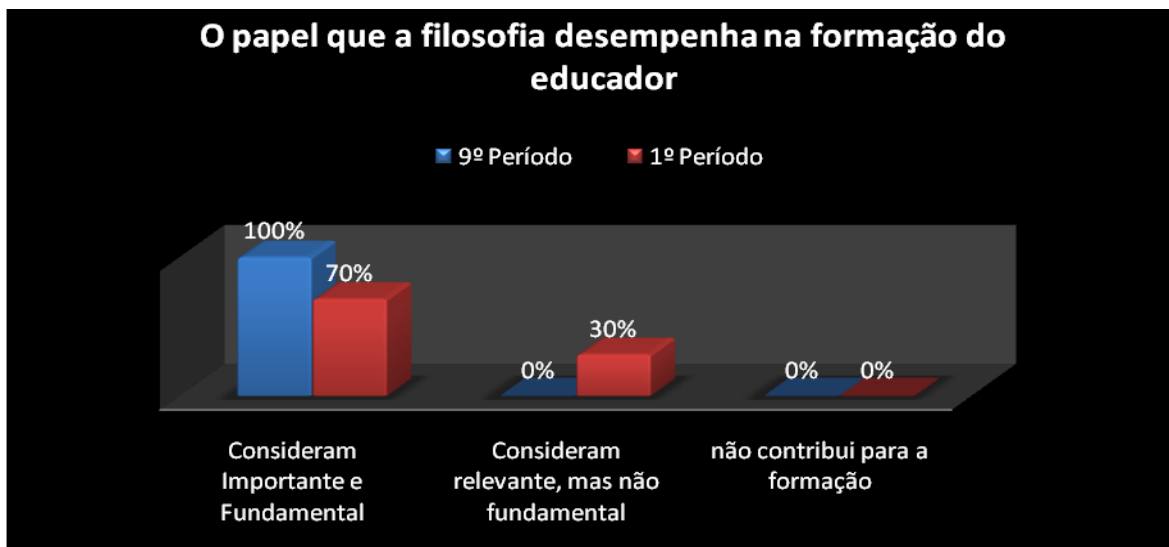
propriamente ditas, as quais segundo Luckesi (Idem) podem ser genericamente colocadas como perspectiva redentora, que se traduz pelas pedagogias liberais; e pela perspectiva transformadora, que se traduz pelas pedagogias progressistas.

Nas pedagogias liberais, constituídas pela pedagogia tradicional, em que predomina o ensino humanístico e a imposição de regras; pela renovada progressivista e a renovada não-diretiva, que têm por finalidade propor um ensino que valorize a autoeducação através da experiência direta sobre o meio com atividades centradas no aluno e no grupo; e pela tecnicista, que valoriza as técnicas e a qualificação de mão-de-obra para atender as exigências de mercado visando promover o desenvolvimento econômico. Todas essas tendências têm como principal fundamento a doutrina liberal que legitima a sociedade capitalista e propõe a adaptação dos indivíduos à ordem social vigente. (Idem, Ibidem)

As pedagogias progressistas partem de uma análise crítica da realidade e sustentam as finalidades sociais e políticas da educação. Nas versões libertadora (a Pedagogia de Paulo Freire) e a libertária, que reúne os defensores da autogestão pedagógica, têm em comum o antiautoritarismo, a autogestão pedagógica e a valorização da experiência de vida do educando como base da relação educativa. A pedagogia crítico-social dos conteúdos, por sua vez, propõe superar as pedagogias tradicional e renovada, pois procura articular a transmissão de conteúdos e a sua assimilação ativa pelo aluno, considerando o contexto social do educando, o que resultaria num saber reelaborado criticamente. Para Luckesi (idem), “evidentemente a pedagogia progressista não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais” (p.63). Dessa forma, é notório que o educador necessita de fundamentos teóricos para construir sua prática pedagógica, pois é por meio desses fundamentos que o mesmo poderá elaborar seus objetivos e finalidades de trabalho e de um modelo de sociedade.

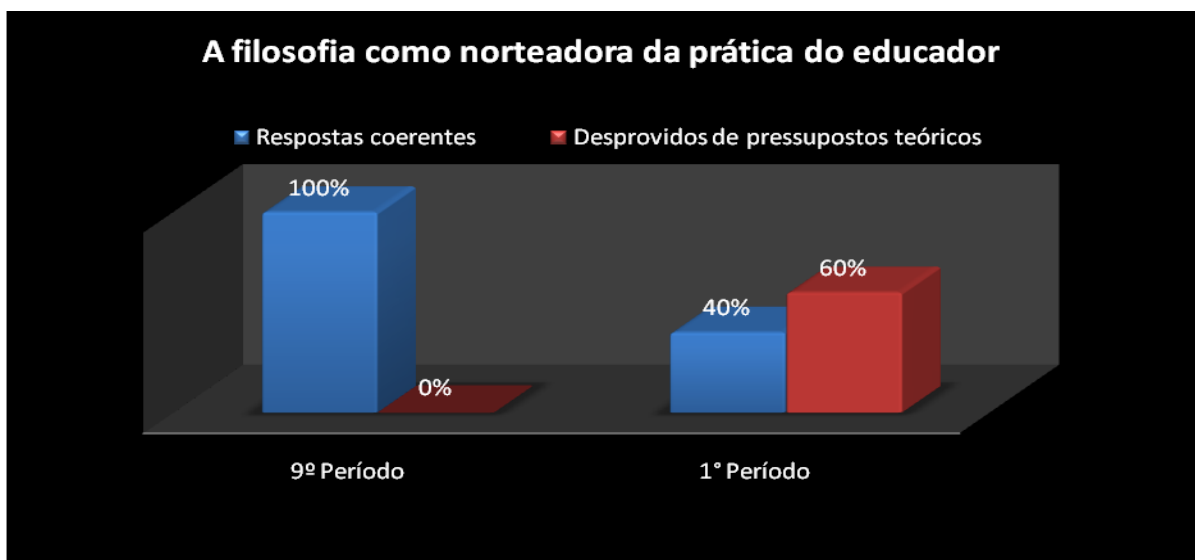
Para investigarmos acerca da relevância da Filosofia para educandos em processo formativo, aplicamos um questionário simples com duas questões: uma objetiva e outra subjetiva, com as turmas do I e do IX período do curso de Pedagogia, perfazendo um total de 20 alunos. A questão objetiva teve o intuito de saber qual a compreensão que os acadêmicos têm quanto à importância da filosofia na sua formação; e a questão subjetiva tinha como propósito de saber se tais acadêmicos estavam minimamente apropriados de fundamentos teóricos para relacionar a filosofia à prática educativa. Após a analisar as repostas, obtivemos os seguintes resultados:

### Resultados referentes à primeira questão



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

### Resultados referentes à segunda questão



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Na primeira questão os resultados apontaram para um alto grau de importância dada por tais acadêmicos à Filosofia para a sua formação. No entanto, quando indagados acerca de como o educador poderia nortear sua prática considerando as contribuições da Filosofia, alguns dos educandos se mostraram sem domínio de pressupostos filosóficos. Devemos

considerar, nesse caso, que os educandos que apresentaram pouco ou até nenhum conhecimento filosófico, estão em início de formação político-pedagógica. Mas, podemos enfatizar que os educandos do IX período demonstraram coerência em suas respostas e utilizaram fundamentos teóricos adquiridos ao longo de sua formação, articulando também seus conhecimentos práticos adquiridos em suas experiências educativas tanto como educandos quanto como educadores em estágios escolares.

### **Considerações finais**

Após a realização dessa fase inicial de pesquisa bibliográfica e de campo, a fim de investigarmos acerca da importância da Filosofia na formação do educador, podemos compreender, de acordo com Saviani (2009), que a filosofia da educação não tem como função definir *a priori* princípios e objetivos para a educação; também não se reduz a uma teoria geral da educação enquanto sistematização dos seus resultados. Sua função é acompanhar reflexiva e criticamente a atividade educacional de modo que explicita os seus fundamentos, esclareça a tarefa e a contribuição das diversas disciplinas pedagógicas e avalie o significado das soluções escolhidas. Dessa forma, compreendemos que na formação de educadores é necessária uma base curricular bem alicerçada e que possa abranger várias disciplinas pedagógicas, favorecendo o desenvolvimento dessa formação. Com efeito, a Filosofia da Educação representa uma das disciplinas imprescindíveis na formação de todo educador, fundamentando a sua prática de modo a estabelecer subsídios para a construção do conhecimento crítico e esclarecedor.

A atitude filosófica é um dos caminhos que possibilita atingir os objetivos e finalidades sociopolíticas da educação, como processo que propõe a construção do conhecimento que não seja ingênuo (senso comum), mas sim epistemológico (filosófico). Assim, a filosofia da educação colabora e faz com que nos percebamos no mundo e com ele, e, nesta condição possamos notar que é possível realizar a árdua e difícil tarefa, (mas não impossível!) de politização dos indivíduos como agentes políticos da transformação. Devemos, então, gradualmente, ir assumindo com clareza e determinação uma atitude filosófica, constatando o mundo e compreendendo que podemos interferir nele para colaborar e construir um mundo repleto de condições favoráveis a todos, indistintamente.

É papel dos educadores contribuírem para despertar a consciência dos educandos. Ao atuar, por exemplo, em uma escola inserida em um contexto social marcado pela miséria, pela

fome e pela desesperança, têm o importante papel na formação política dos educandos e das comunidades em que vivem, proporcionando condições para uma reflexão crítica sobre tal realidade, considerando sempre a possibilidade de mudanças e recusando as condições de miséria como algo inaceitável num mundo de tantas riquezas mal distribuídas. É tarefa do educador saber informar e esclarecer que tal situação é fruto de uma sociedade organizada de forma extremamente injusta e desigual. Dessa forma, o papel da filosofia na formação do educador envolve o questionamento, a denúncia, a não resignação diante da pobreza material, a reflexão crítica profunda, tendo como base a análise do contexto histórico, político e social vigente. Realizada esta análise, a tarefa pedagógica assume com mais vigor a formação humana, evidenciando inúmeras possibilidades e oportunidades de atuar no mundo com o desejo de transformá-lo em favor das coletividades historicamente excluídas. Essa tarefa se impõe no cenário atual como imprescindível e inadiável.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARANHA, Maria L. de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.